

COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

19ª Reunião Ordinária 21 de Agosto de 2012 às 14:30 horas no Plenário D. Pedro I.

Presidente: Deputado Mauro Bragato

REF. ITEM 3:

Juntados: PL 557/2010 - autoria: Dep. Ricardo Montoro

PL 683/2010 - autoria: Dep. João Caraméz

PL 813/2010 - autoria: Dep. Luciano Batista

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei 861/2007	Deputado Celso Giglio	Isenta os ônibus utilizados nos serviços metropolitanos de transporte coletivo do pagamento de pedágio nas rodovias estaduais.	Deputada Regina Gonçalves	favorável. Voto em Separado do Deputado Vitor Sapienza contrário .	O.B., C.B.J., V.S., M.B.
2	Projeto de lei 734/2008	Deputado Said Mourad	Dispõe sobre o controle da venda de fardas e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios, das polícias civil e militar em estabelecimentos comerciais e industriais do Estado.	Deputado Luiz Cláudio Marcolino	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação	
3	Projeto de lei 221/2010 Juntado os PLs: 557/2010, 683/2010, 813/2010	Deputada Patrícia Lima	Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 10876, de 2001, que dispõe sobre a execução do Hino Nacional Brasileiro em todos os eventos esportivos realizados no Estado.	Deputada Maria Lúcia Cardoso Amary	que adota a manifestação anterior do Dep. Carlos Bezerra, favorável ao PL 221/2010, na forma do substitutivo por ele apresentado; e contrário aos PLs 557/2010, 683/2010 e 813/2010 e à emenda proposta pela CCJR	V.S., R.G., C.M., M.L.C. A.

4	Projeto de lei 372/2010	Deputado Fernando Capez	Dispõe sobre a interrupção ou restrição de prestação de serviços públicos para entidades de saúde, de educação ou de internação coletiva de pessoas e para os usuários residenciais de baixa renda beneficiários de subsídio, em razão da inadimplência.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
5	Projeto de lei 478/2010	Deputado Feliciano Filho	Torna obrigatório no Estado o atendimento veterinário gratuito aos animais da população carente.	Deputado Simão Pedro	favorável	
6	Projeto de lei 234/2011	Deputado Dilmo dos Santos	Dispõe sobre a instituição de diretrizes para o turismo religioso no Estado.	Deputado Luiz Cláudio Marcolino	favorável ao projeto com emenda	C.M., V.S.
7	Projeto de lei 520/2011	Deputada Regina Gonçalves	Cria o Programa de Reciclagem do "Cocos nucifera" (coco verde).	Deputado Simão Pedro	favorável	
8	Projeto de lei 663/2011	Deputado Luiz Moura	Cria no âmbito do Estado o número complementar de chamada de emergência para atendimento de estrangeiros.	Deputado Simão Pedro	favorável ao projeto com a emenda apresentada pela Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários	V.S.
9	Projeto de lei 679/2011	Deputado Carlos Bezerra Jr	Autoriza o Poder Executivo a instituir Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para os Profissionais de Saúde.	Deputada Maria Lúcia Cardoso Amary	favorável	C.M., L.C.M.
10	Projeto de lei 1023/2011	Deputado Fernando Capez	Dispõe sobre procedimentos em matéria de conciliação e transação nos processos ajuizados contra a Fazenda Pública.	Deputada Maria Lúcia Cardoso Amary	ratificando a manifestação do Dep. Orlando Bolçone, favorável	
11	Projeto de lei 1050/2011	Deputada Vanessa Damo	Proíbe a fabricação e a comercialização de pilhas e baterias comuns e alcalinas não recarregáveis, que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio, lítio, zinco, manganês, níquel e seus compostos, destinadas a quaisquer tipos de aparelhos.	Deputado Luiz Cláudio Marcolino	favorável	C.M., V.S.

12	Projeto de lei 1060/2011	Deputado Roberto Massafera	Proíbe a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal.	Deputada Maria Lúcia Cardoso Amary	favorável	C.M., V.S.
13	Projeto de lei 1186/2011	Deputado Carlos Bezerra Jr	Dispõe sobre as penalidades impostas àqueles que praticam a exploração do trabalho infantil no Estado.	Deputada Maria Lúcia Cardoso Amary	favorável	C.M., S.P.
14	Projeto de lei Complementar 39/2009	Deputado Olímpio Gomes	Autoriza o Poder Executivo a instituir critérios de valorização profissional para os policiais militares do Estado.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
15	Projeto de lei Complementar 30/2010	Deputado Edson Ferrarini	Institui a promoção dos oficiais da Polícia Militar ao posto imediato , ao passarem para a inatividade.	Deputado Estevam Galvão	favorável ao projeto com emenda	
16	Projeto de lei Complementar 53/2011	Procurador-Geral de Justiça	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 734, de 1993, que instituiu a Lei Orgânica do Ministério Público.	Deputado Estevam Galvão	favorável	
17	Processo 05923/1999	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Julga irregular o contrato celebrado entre o Metrô - Companhia do Metropolitano de São Paulo e a Themag Engenharia Ltda.	Deputada Maria Lúcia Cardoso Amary	que reconhece a decisão do TCE e propõe envio de ofício ao Ministério Público e à Procuradoria Geral do Estado	
18	Processo 00388/2000	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Julga irregular o contrato celebrado entre a DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A e o Instituto Mauá de Tecnologia - IMT.	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
19	Processo 04298/2001	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Julga irregular o contrato celebrado entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ e a empresa Tekhnites-Consultores Associados S/C Ltda.	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	

20	Processo 05041/2001	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Julga irregular o contrato celebrado entre o METRÔ - Companhia do Metropolitano de São Paulo e CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S/A .	Deputada Maria Lúcia Cardoso Amary	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
21	Processo 4016/2007	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CG.C.EBC 783/2007- TC 24215/026/02- Julgou irregular contrato celebrado entre CDHU e Multipla Engenharia Ltda.	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
22	Processo 6810/2007	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.FJB 1451/2007-TC 30569/026/02 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia de Trens Metropolitanos - CPTM e a Consmac Consórcio de Manutenção Alston-Caf.	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
23	Processo 8911/2007	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CG.C.EBC 1594/2007 - TC-020477/026/97 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a PRODESP e a empresa Consoft S.C. Consultoria e Sistemas Ltda.	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
24	Processo 8912/2007	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.ECR 1428/2007 - TC-009675/026/03 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e a empresa Convida Alimentação S.A. (atual denominação da De Nadai Alimentação S.A.).	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
25	Processo 9714/2007	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of.1578/2007 - TC-11240/026/05 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Penitenciária Feminina de Franco da Rocha e Nicolas Barreira Gonzaléz.	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	

26	Processo 9967/2007	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. GCRMC 1304/2007 - TC-007811/026/99 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a CDHU e a empresa HM-Engenharia e Construções Ltda.	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
27	Processo 10136/2007	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. GCRMC 1336/2007 TC-013702/026/04 e TC-032885/026/04 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Universidade de São Paulo e a empresa EVIK Segurança e Vigilância S.C. Ltda.	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
28	Processo 10338/2007	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.ECR 1714/2007 - TC-20973/026/04 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação para o Remédio Popular-FURP e a empresa MPD Engenharia Ltda.	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
29	Processo 193/2008	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.ECR 12/2008- TC 3856/026/05 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a COSESP e o IDORT - Instituto de Organização do Trabalho do Rio de Janeiro.	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público e à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
30	Processo 565/2008	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. 320/2008 - TC- 3902/026/05 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a CDHU e a empresa Transbraçal Prestação de Serviços, Indústria e Comércio Ltda.	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	

31	Processo 5268/2008	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CGC.ARC 1238/2008 - TC-11698/026/05 Julgou irregular o contrato celebrado entre o Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado e Geraldo J. Coan & Cia. Ltda.	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
32	Processo 6091/2008	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.CFA 2612/2008 - TC-001388/026/04 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a CDHU e a empresa CDM Construtora e Empreendimentos Ltda..	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
33	Processo 7752/2008	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. GCRMC 1577/2008 - TC-032408/026/05 - Julgou irregular o contrato celebrado entre o Banco Nossa Caixa S.A. e a empresa Quality Aluguel de Veículos Ltda.	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
34	Processo 8008/2008	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.FJB 3445/08 - TC 20375/026/06 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos-CPTM e a Unitech Tecnologia de Informação Ltda.	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
35	Processo 6416/2009	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.FJB 2542/2009 -TC 39841/026/06-Julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e a empresa CTIS Informática Ltda.	Deputado Cauê Macris	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
36	Processo 8081/2011	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.ECR 1958/2011 - TC-006034/026/08 e TC-007684/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação-FDE e a empresa Mazza & Fregolente Eletricidade e Construções Ltda..	Deputada Maria Lúcia Cardoso Amary	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	

37	Processo 329/2012	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. GCRM 34/12 - TC-034766/026/06 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.-EMAE e a empresa BK Consultoria e Serviços Ltda..	Deputada Maria Lúcia Cardoso Amary	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
38	Processo 333/2012	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CG.C.EBC 1784/11 - TC-038492/026/07 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a FDE e a empresa Construtora Lima & Alves Construções e Comércio Ltda..	Deputada Maria Lúcia Cardoso Amary	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	
39	Processo 1375/2012	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.FJB 540/2012 - TC-30173/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a FURP e a empresa Tecnologia em Projetos de Engenharia Ltda.-TEP.	Deputada Maria Lúcia Cardoso Amary	que reconhece a decisão do TCE, propõe envio de ofício ao Ministério Público, à Procuradoria Geral do Estado, com posterior arquivamento dos autos	

COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

19ª Reunião Ordinária 21 de Agosto de 2012 às 14:30 horas no Plenário D. Pedro I.

Presidente: Deputado Mauro Bragato

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
40	Projeto de decreto legislativo 58/2010	Deputado relator especial pela Comissão de Finanças	(CONCLUSIVA) Desconstitui decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao Processo nº TC 014682/026/06, que julgou irregular o contrato celebrado entre a FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação e a empresa Lacon Engenharia Ltda.			
41	Projeto de decreto legislativo 60/2010	Deputado relator especial pela Comissão de Finanças	(CONCLUSIVA) Desconstitui decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao Processo nº TC 29554/026/06, que julgou irregular o contrato celebrado entre a FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação e a empresa Scopus Construtora & Incorporadora Ltda.			

PARA DELIBERAÇÃO

Item 42 - Requerimento do Sr. Dep. Aldo Demarchi para que o município de Rio Claro seja incluído no calendário das audiências públicas do Orçamento Estadual para 2013. Vistas concedidas: Dep. Luiz Cláudio Marcolino, Dep. Estevam Galvão, Dep. Mauro Bragato, Dep. Maria Lúcia Cardoso Amary, Dep. Cauê Macris, Dep. Regina Gonçalves.